

## A QUESTÃO DA MEMÓRIA EM NARRATIVAS DE TESTEMUNHO

### THE MATTER OF THE MEMORY IN THE TESTIMONIAL LITERATURE

Raysa Luana da Silva

UFMS - CPTL

**RESUMO:** A chamada literatura de testemunho, surgida na América Latina e difundida em várias partes do mundo, abrange produções literárias que surgiram a partir de memórias narradas por aqueles que viveram sob o domínio de regimes autoritários, como é o caso dos que passaram pela experiência violenta dos campos de concentração no regime nazista na Europa. Tais relatos transitam entre a necessidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer os fatos ocorridos, revelando o quão difícil é resgatar e registrar memórias de períodos sobremaneira traumáticos, como fica evidenciado em obras do escritor espanhol Jorge Semprún, um sobrevivente do campo de concentração alemão Buchenwald. Em sua obra *A Escrita ou a vida*, publicada em 1994, Semprún irá retratar e tentar narrar, a partir de suas memórias, o período em que ficou no campo. O aporte teórico vai dar-se no diálogo com pesquisadores como Giorgio Agamben (2008) e Beatriz Sarlo (2007) que argumentam que o sobrevivente tem a vocação da memória e que certas “regras” podem ser quebradas durante a narrativa para que o testemunho possa representar a verdade. Este trabalho pretende desenvolver um diálogo inicial entre essas teorias que abrangem os ditos e os não-ditos da memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura de testemunho; memória; Jorge Semprún.

**ABSTRACT:** The so called testimonial literature, which appeared in Latin America and was spread around the world, comprehends literary works which were produced from memories narrated by those who used to live under authoritarian policies, such as those who went through violent experiences in concentration camps during the Nazism period in Europe. These reports go from the necessity of remembering and the impossibility of forgetting what happened, revealing how difficult it can be to rescue and register memories from traumatic periods, as it is evidenced by the Spanish writer Jorge Semprún, who survived Buchenwald Concentration Camp. In his book *A escrita ou a vida (Writing or Life)*, published in 1994, Semprún portraits and tries to narrate, based on his memories, the period when he was on camp. The theoretical foundation will be based on the dialogue with researchers, such as Giorgio Agamben (2008) and Beatriz Sarlo (2007) who defend that the survivor has his memory as a vocation and that certain rules can be broken during the story so that the witnessing can represent the truth. This paper intends to develop an initial dialogue between these theories, which approach what has been said and unsaid about the memory.

**KEYWORDS:** Testimonial literature, memory; Jorge Semprún.

*“Pero las palabras  
No habían sido hechas para revelar tanto horror.”<sup>1</sup>  
Silvina Ocampo*

---

<sup>1</sup> “Mas as palavras / não foram feitas para revelar tanto horror.” (tradução livre)

A literatura de testemunho é uma abordagem da literatura que abrange produções literárias surgidas a partir de memórias narradas por aqueles que viveram sob o domínio de regimes ditatoriais. Esses relatos transitam entre a necessidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer os fatos ocorridos, tentando narrar com palavras o que a memória recusa-se a esquecer.

O termo literatura de testemunho surgiu na América Latina, na década de 1960, em virtude do surgimento de produções que narravam as memórias dos que viviam sob as condições violentas dos regimes totalitários e dos períodos ditatoriais. Segundo o pesquisador Anselmo Alós (2008), o primeiro que tentou definir o termo foi o escritor guatemalteco Manuel Galich, em texto publicado no *Boletín de la Casa de las Américas* no ano de 1969. Segundo Alós, Galich afirma que “uma narrativa de testemunho se caracteriza, principalmente, por tratar *de um aspecto social da América Latina.*” (ALÓS, 2008, p. 1, grifo do autor).

Galich ainda argumenta que a literatura de testemunho possui um caráter documental e ficcional, levando em conta que este último está sempre presente na reconstrução e representação dos fatos históricos, pois o século XX foi um período propício para as narrativas testemunhais, devido aos vários períodos ditatoriais, guerras e genocídios ocorridos. Questionar essa fronteira entre a ficção, o fato empírico e o literário pode ser uma das questões mais discutidas na literatura do século XX, em especial na literatura de testemunho.

Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testimonhal*” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85)

É importante ressaltar, na passagem de Seligmann-Silva, que o “real” não deve ser confundido com a “realidade” como fato empírico, ou seja, no testemunho a “realidade” é sempre pensada como representação.

Vários outros teóricos problematizaram a definição da literatura de testemunho, na tentativa de não banalizar o gênero e evitar concepções que reduzissem o termo a uma área restrita, como Margaret Randall, Miguel Barnet, Antônio Vera-León e George

Yúdice<sup>2</sup>. Este último, professor norte-americano, ressalta a importância do caráter social da literatura de testemunho, afirmando que ela é uma narrativa autêntica, nascida pela urgência da ocasião, que pode ser uma revolução, uma guerra, ou alguma outra mudança social grave e que necessita ser destacada e denunciada.

O cuidado em não restringir o termo deve-se ao importante papel que possui a literatura de testemunho, que é o de:

[...] denunciar uma experiência de opressão e/ou exclusão, assim como o de desvelar e desautorizar a história oficial como sendo “A Verdade” (transcendental e única), abrindo caminho para outras vozes e outras versões de determinados fatos sociais.” (ALÓS, 2008, p. 2)

Após seu surgimento, o gênero começou a ser difundido em várias partes do mundo, uma vez que a temática do testemunho não fica restrita somente à América Latina. Na Europa, o gênero ganhou força com os relatos dos sobreviventes do regime nazista que passaram pela experiência dos campos de concentração.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, alguns sobreviventes dos campos começaram a escrever sobre a vivência dessa época após a libertação, como é o caso do químico e escritor italiano Primo Levi e do poeta romeno Paul Celan. Já outros demorariam muito para pôr no papel o próprio testemunho, como o espanhol Jorge Semprún, e o judeu romeno Elie Wiesel.

O fato mais marcante e mais traumático do regime nazista diz respeito à *Shoah*, episódio conhecido também como Holocausto, que foi o extermínio em massa de inúmeras pessoas por parte dos alemães nazistas. Nesse estudo, usarei o termo *Shoah*, palavra que significa *devastação*, *catástrofe*, e que é mais utilizada nos estudos que se referem ao testemunho.

A *Shoah* é um episódio negado e lembrado por muitos. Devido à tamanha violência, para alguns, torna-se mais fácil negar o que ocorreu do que admitir os atos praticados contra seres humanos pelos próprios seres humanos. Pois os acontecimentos na *Shoah* não foram praticados de modo ingênuo, e sim de forma calculada, organizada e brutal, foi uma experiência “invivível”, como afirma o espanhol Jorge Semprún: “No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, como se compreenderá facilmente” (SEMPRUN, 1995, p. 22).

---

<sup>2</sup> As definições sobre literatura de testemunho desses teóricos estão mencionadas no texto de Anselmo Alós, publicado na Revista *Espéculo* e intitulado *Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testimonio*.

Falar sobre um episódio dessa proporção é ter a certeza de que algo sempre ficará silenciado, não explicado, oculto, pois o sobrevivente não tem todas as palavras necessárias para narrar com exatidão e clareza os acontecimentos. Mas ainda que faltem as palavras, e mesmo sabendo que não conseguirá realizar um relato completo, sempre haverá alguém disposto a tentar falar, como afirma Nascimento (2011):

Ao revisar o episódio da *Shoah*, delinea-se, para o escritor e para o leitor, um empreendimento impossível de ser totalmente apreendido. Cercar o fato histórico em sua barbárie e contorná-lo pela palavra ou pela arte, costurando textos e registros infames, é, sobretudo, lançar-se numa tarefa que, de antemão, já se anuncia como incompleta, residual e bárbara. (NASCIMENTO, 2011, p. 92)

Dessa forma, sabendo que o relato nunca será totalmente apreendido, uma pergunta sempre presente nos estudos relacionados à literatura de testemunho é: *como narrar o indizível?* Essa pergunta aborda inúmeras outras, sendo duas das principais: 1) como é possível falar sobre um fato que traz em si tantas atrocidades como os campos de concentração nazistas? 2) E quem estaria disposto a escutar esses relatos?

[...] é bom que você esteja aqui – disse-me Yves, agora que me juntei ao grupo dos futuros repatriados. – Estávamos conjecturando como teremos de contar, para que nos compreendam.

Balanço a cabeça, é uma boa pergunta: uma das boas perguntas.

-O problema não é esse – logo exclama outro. – O verdadeiro problema não é contar, quaisquer que sejam as dificuldades. É escutar... Vão querer escutar nossas histórias, mesmo que bem contadas?

Portanto, não sou o único a me formular essa pergunta. É verdade que ela se impõe a si mesma. (SEMPRUN, 1995, p. 125)

O diálogo transcrito acima é um fragmento da obra *A Escrita e a vida*, do escritor Jorge Semprún, e reproduz uma conversa entre sobreviventes de um campo de concentração, pouco tempo após a libertação do campo pelas tropas norte-americanas. Eles discutiam como seria possível contar os fatos vivenciados no tempo em que foram prisioneiros do regime. Mais que isso: questionavam se alguém estaria disposto a escutá-los, enfim, que relevância essa história teria para quem não experienciou os mesmos horrores que eles. Em princípio, as únicas pessoas capazes de contar tais atos seriam os sobreviventes dos campos, uma vez que vivenciaram a catástrofe, a violência e a luta diária pela sobrevivência, e saíram com vida do inferno do campo. E enquanto alguns sentiam a necessidade de narrar, outros não estavam dispostos a isso, pois os sentimentos em relação ao vivido eram diversos. É a luta diária que os sobreviventes

empreenderiam pelo resto de suas vidas: lembrar ou esquecer, dizer ou calar. Escolhas difíceis, porém necessárias.

O sobrevivente, aquele que testemunha e/ou sofre o infortúnio da violência – possui, basicamente, dois sentimentos paradoxais em relação às lembranças que podem intervir no ato de contar suas experiências. O primeiro é o do silêncio. Não contar para esquecer. Enclausurar as imagens, os sons e os cheiros do sofrimento para que o tempo se encarregue de apagá-lo. O outro é narrar para libertar. (NASCIMENTO, 2011, p. 93)

No entanto, a memória não pode ser apagada e esquecida para sempre, segundo Sigmund Freud. Ele afirma que as memórias ficam armazenadas para sempre no cérebro, no chamado passado psíquico, e podem ser trazidas à tona em algum momento da vida.

[...] na vida psíquica nada do que uma vez se formou pode perecer, [...] tudo permanece conservado de alguma forma e pode ser trazido novamente à luz sob condições apropriadas – por exemplo, através de uma regressão de suficiente alcance. (FREUD, 2010, p. 50).

Freud explica muito bem em seu texto que as lembranças ficam armazenadas no inconsciente do indivíduo. Muitas vezes, por exemplo, a pessoa poderia passar a vida inteira sem recordar um fato vivenciado na infância, mas a lembrança desse fato está conservada no cérebro e poderia ser rememorada, com as condições apropriadas (regressões e análises, por exemplo).

O fato é que muitos sobreviventes de períodos traumáticos tentam “esquecer” o que viram e ouviram, e até conseguem não se lembrar de alguns episódios. No entanto, não quer dizer que eles apagaram de suas memórias tais “situações-limite”, para usar uma expressão dita por Márcio Seligmann-Silva; apenas os armazenaram em seus inconscientes. Ainda que Freud expresse em seus estudos a suposição de que o passado psíquico possa ser apagado, ele não confirma que isso realmente possa ocorrer de fato.

É possível, em todo caso, que também no psiquismo muito do que é antigo [...] seja apagado ou consumido a tal ponto que não seja possível reconstituí-lo e revivê-lo através de processo algum, ou que a conservação dependa, em geral, de certas condições favoráveis. É possível, mas nada sabemos a respeito. O único fato ao qual podemos nos ater é que a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que uma exceção extraordinária (FREUD, 2010, p. 55).

Assim, quem vivencia um período traumático pode até tentar, e esforçar-se para esquecer as lembranças da época, mas seria impedido pela impossibilidade psíquica de

esquecer essas lembranças. E na impossibilidade de esquecer tamanha violência, em muitos sobreviventes, nasce a impossibilidade de narrar.

O italiano Primo Levi, já mencionado anteriormente, destacou em diversas oportunidades essa impossibilidade de testemunhar o que aconteceu. Para Levi, a verdadeira testemunha não pode narrar, pois não saiu vivo do campo para contar sua história. Os mortos e os chamados “mulçumanos” seriam as testemunhas integrais dos campos, e os sobreviventes, testemunhas parciais.

Nesse ponto é importante dedicar uma atenção especial a esse grupo denominado de “mulçumanos”. Os mulçumanos eram os chamados “homens-múmiás” dos campos. Eles ainda não tinham morrido, mas também não estavam completamente vivos; eram a representação do horror da realidade dos campos. O filósofo italiano Giorgio Agamben, que também trabalha com a temática testemunhal, dedica uma atenção especial para se referir a esse grupo, ou seja, aos muçulmanos, em seu livro intitulado “*O que resta de Auschwitz*”. A denominação vem da postura que esses homens ficavam todo o tempo, meio curvados, como se estivessem em uma atitude de oração. Agamben utiliza-se de vários teóricos para caracterizar, com maior propriedade, a esse grupo:

O muçulmano não causava pena a ninguém, nem podia contar com a simpatia de alguém. Os companheiros de prisão, que temiam continuamente pela própria vida, nem sequer se dignavam de lhe lançar um olhar. Para os prisioneiros que colaboravam, os muçulmanos eram fonte de raiva e preocupação; para a SS eram apenas inútil imundície. Tanto uns quanto os outros só pensavam em eliminá-los, cada um à sua maneira. (AGAMBEN, 2008, p. 51).

Os muçulmanos eram seres desprovidos de vontade de (sobre)viver. Eles simplesmente existiam no cotidiano do campo, não estavam nem vivos, nem mortos. Segundo relatos de outros sobreviventes, pouquíssimos muçulmanos saíam dessa terrível e triste condição, e menos ainda foram os mulçumanos que saíram vivos de algum dos campos. E, além disso, os que saíram tiveram que reaprender a “viver”, a ser um “homem” novamente, pois eles perdiam o estatuto de humano ao atravessar o universo dos “homens-múmiás”, ou na definição de Agamben (2008, p. 55), “o muçulmano marcava de algum modo o instável umbral em que o homem passava a ser não-homem.”

A história do *Lager* foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão. (LEVI, 1990, p.5 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008, p.68)

E como são os que não tatearam o fundo do *Lager* que testemunham, a narração torna-se parcial e incompleta. Mas isso não quer dizer que ela não seja válida e importante para saber o que acontecia nos campos. Segundo Giorgio Agamben, muitos dos testemunhos que dizem respeito aos campos e à *Shoah* são de pessoas comuns, que viveram nos campos e sobreviveram às suas atrocidades. Dessa forma, para Agamben, “entender a mente de um homem comum é infinitamente mais difícil que compreender a mente de Spinoza ou de Dante” (AGAMBEN, 2008, p. 21). Mas, por que seria tão difícil compreender a mente de um homem comum?

Explico a expressão “homem comum”. No campo de concentração, as pessoas estão subjugadas a uma realidade em que são privadas de voz e de identidade. São pessoas comuns, desse modo, “homens comuns”. Não importava muito o prestígio ou o cargo exercido fora dos muros dos campos; uma vez preso, todos se tornavam apenas um número estampado no uniforme. Os prisioneiros carregavam o número da matrícula costurado no peito da camisa do uniforme, e acima do número um triângulo com uma letra, representando a nacionalidade. O nome constava apenas nas fichas cadastrais preenchidas no dia de entrada no campo e era apagado no momento em que o prisioneiro morria.

Aqui podemos lembrar o caso do professor, filósofo e sociólogo francês Maurice Halbwachs, preso no campo de concentração de Buchenwald em 1944 e morreu em março de 1945, pouco antes da libertação do campo em abril do mesmo ano. Halbwachs, conceituado por seus estudos na área da Sociologia, em especial as pesquisas que tratam da memória coletiva, era apenas mais um no imenso campo. Com sua morte, seu nome foi apagado da ficha de matrícula, cedendo o lugar a um novo preso.

Vista desse modo, a afirmação de Agamben de que entender a mente de um homem comum é conflituoso pode ser compreendida da seguinte forma: sempre haverá conjeturas sobre o pensamento de um intelectual, como Dante ou Spinoza. Sempre existiu e existirão investigações sobre o que eles pensaram e escreveram, ainda que nem todas possam ser consideradas verossímeis. Entretanto, entender a mente de um homem comum pode tornar-se um desafio, pelo fato de que seu pensamento e/ou relato não tem o prestígio que goza um intelectual.

Mais uma vez, volta-se a pergunta formulada anteriormente: como narrar o indizível? É fato que todo testemunho carrega uma lacuna, um ponto não narrado, não

explicado sobre o ocorrido. E é nessa lacuna e sobre ela que muitas teorias da literatura de testemunho são formuladas e discutidas.

Contudo, tendo em vista que, a uma certa altura, nos pareceu evidente que o testemunho continha como sua parte essencial uma lacuna, ou seja, que os sobreviventes davam testemunho de algo que não podia ser testemunhado, comentar seu testemunho significou necessariamente interrogar aquela lacuna – ou, mais ainda, tentar escutá-la. (AGAMBEN, 2008, p. 21)

Talvez porque o homem seja testemunha do que vivenciou, e seu testemunho passeia por sua própria subjetividade, que tornaria o relato diferente de qualquer teoria formulada. Segundo o próprio Agamben, existem duas formas de testemunha: as *superstes*, que viveram algo e tentam relatá-lo, e as *testis*, que relatam como alguém de fora, como um terceiro que não vivenciou o fato.

Elzbieta Sklodowska, professora de literatura hispano-americana na Universidade de Washington, EUA, e pesquisadora da narrativa hispano-americana contemporânea, também propõe definições para as testemunhas, semelhantes às de Agamben. No testemunho mediado, não ocorre coincidência entre o protagonista do fato e o narrador. Já no testemunho não-mediado, protagonista e narrador são um só, e por isso:

Tais narrativas partem da própria experiência do enunciador-escritor em questão e tomam como pretextos e antecedentes estratégias narrativas não apenas da narrativa-testemunho mediada como forma de legitimação, mas também outras provenientes dos diários e das autobiografias. (ALÓS, 2008)

O testemunho mediado, assim como a testemunha *testis*, distancia-se mais do fato narrado, uma vez que o narrador é externo ao acontecimento, diferente do testemunho não-mediado ou da testemunha *superstes*, que vivencia o ocorrido de forma mais intensa e subjetiva, pois foi participante ativo do ocorrido. Ainda que exista o narrador externo que dá voz a quem não pode falar, nas narrativas de testemunho, a testemunha mais comum é a *superstes*, que narra o fato vivenciado como personagem, e por isso que se torna tão difícil entender com profundidade as memórias narradas, como afirma Seligmann-Silva:

O “manter-se no fato” do *superstes* remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte. Nosso mártir moderno está mais perto desse sentido do que do testemunho como *testis*. O modelo do testemunho como *superstes* tem a audição e não a visão em seu centro. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.81)



Ainda que o testemunho como *superstes* seja predominante, não se descarta a possibilidade da narrativa como *testis*, pois as duas, *superstes* e *testis*, possuem a percepção necessária para representar a realidade do período traumático em questão.

Levando em conta a narrativa como *superstes*, poderíamos dizer que é praticamente impossível narrar com distanciamento um fato quando se é participante do mesmo. E a realidade dos campos de concentração pode ser um fato inimaginável para quem não os presenciou; uma realidade que de tão cruelmente verdadeira, até parece mentira. Mas ainda assim, colocar no papel esse cotidiano vivido torna-se o *leitmotiv* de muitos escritores, como Jorge Semprún, um sobrevivente do campo de concentração nazista de Buchenwald.

Jorge Semprún nasceu em Madrid, em 10 de dezembro de 1923. Filho do diplomata José María Semprún e Guerra, ele perdeu a mãe aos oito anos de idade. Passou a infância nos Países Baixos, onde o pai exercia funções diplomáticas. Após o término da Guerra Civil, em 1939, exilou-se com a família na França, onde estudou Filosofia e passou grande parte de sua vida. Em 1942, entrou para o Partido Comunista Espanhol (PCE), combatendo entre os partidários da resistência francesa. Em 1943, foi denunciado, preso e enviado ao campo de concentração nazista de Buchenwald, localizado na cidade alemã de Weimar, onde permaneceu até a libertação do campo pelos norte-americanos, em 11 de abril de 1945.

Após a libertação, estabeleceu-se na França, onde viveu por muito tempo e escreveu boa parte de sua produção literária, além de ser um importante roteirista para o cinema. Após o regresso, continuou exercendo, clandestinamente, importante papel no PCE. Ainda foi Ministro da Cultura da Espanha, de 1988 a 1991. Semprún faleceu na França, em 07 de junho de 2011.

A obra *A Escrita ou a vida* foi produzida em francês e publicada em 1994. Somente depois de um intervalo que durou mais de 40 anos, Semprún conseguiu colocar no papel a vivência dos dois anos que passou no campo de concentração de Buchenwald. Na obra, narrador, testemunha e sobrevivente mesclam-se, tornam-se um só.

Uma das explicações contidas no próprio livro para o intervalo da escrita é que o narrador-testemunha Jorge Semprún deveria fazer uma escolha: escrever sobre o passado ou viver o presente. Pois bem, ele escolheu viver. “Tinha de escolher entre a escrita e a vida, escolhi esta. Escolhi uma longa cura de afasia, de amnésia deliberada, para sobreviver.” (SEMPRUN, 1995, p.191). No entanto, a questão é mais profunda que uma simples escolha.

Quando o narrador-testemunha é libertado de Buchenwald, ele não se sente à vontade para falar sobre os últimos dois anos. Evocar as memórias para narrar o acontecido seria doloroso e traumático. Ainda assim ele tenta escrever suas lembranças do campo logo após o regresso a Paris. Mas, depois de um tempo, percebe que o projeto é irrealizável, pelo menos naquele momento:

Mas meu plano afigurava-se irrealizável, pelo menos no imediato e na sua totalidade sistemática. A memória de Buchenwald era demasiado densa, demasiado implacável, para que eu conseguisse alcançar logo de saída uma forma literária tão depurada, tão abstrata. (SEMPRUN, 1995, p.158)

Desse modo, ele opta por “esquecer-se” das lembranças para poder tentar recomeçar a viver, ainda que essa escolha não confirme que ele pudesse viver sem problemas e sem dores, pois o “esquecimento” dá-se apenas no campo da escrita, não da vida. Durante toda a narrativa ele afirma que as lembranças do campo estão sempre presentes, de forma muito marcante, pois ainda não conseguiu sublimá-las por completo, como ocorre em um dos aniversários da libertação do campo, muitos anos depois.

A noite do sábado, 11 de abril de 1987, foi como são as noites quando essas lembranças se impõem, proliferam, devorando o real por um processo de metástases fulgurantes. Como o são, ao menos, desde que a escrita deixou-me de novo vulnerável aos horrores da memória. (SEMPRUN, 1995, p. 229).

Assim, no livro de Semprún, é possível perceber que a questão entre lembrar e esquecer o fato vivenciado é muito forte, pois o testemunho transita entre a necessidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer. O narrador-testemunha está no meio desse duelo, que ora o absolve de tal forma que não pode fazer outra coisa além de rememorar os fatos, e ora o obriga a esquecer de tudo para continuar vivendo. A obra resgata (ou tenta resgatar) boa parte das memórias da vida do escritor, desde o momento da libertação do campo, ponto em que inicia a narrativa, até o momento em que ele volta ao campo de Buchenwald, quarenta e sete anos após sua saída, para gravar um programa de televisão que falaria sobre Weimar e o campo de concentração.

Entretanto, por mais que a narrativa comece em um ponto do passado, encaminhando-se até um momento presente, os fatos não são contados de forma linear. Pelo contrário, a obra é um contínuo vai-e-vem de memórias, de fatos esquecidos, lembrados e retomados depois de muitas páginas. “Direi na sua hora, quando a desordem desconcertada deste relato o permitir – ou por outra, o exigir -, quando, por que e como a

morte deixou de estar no passado, no meu passado cada vez mais longínquo.” (SEMPRUN, 1995, p. 25). Essa característica da não linearidade é defendida pela teórica argentina Beatriz Sarlo, em seu livro *Tempo passado*, que afirma que certas regras estruturais podem ser quebradas durante a narrativa para que o testemunho tenha caráter de verdade.

[...] o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada. (SARLO, 2007, p. 38)

Uma característica peculiar às narrativas testemunhais é o uso do tempo presente na narrativa. O passado é presente na memória do sobrevivente, e dessa forma ele narra suas memórias. O passado ainda não passou, não ficou para trás; pelo contrário, torna-se mais vivo do que nunca quando o sobrevivente decide eternizar, na escrita, o que não consegue apagar da memória. “Eles estão na minha frente, olho arregalado, e subitamente me vejo nesse olhar de espanto: o pavor deles.” (SEMPRUN, 1995, p. 13). É dessa forma que o narrador-testemunha Jorge Semprún inicia sua narrativa: eles estão. O tempo presente torna a narrativa viva, *presente*, como se estivéssemos presenciando a cena junto ao sobrevivente. Narrar no presente não significa que o tempo passado não exista na narrativa; os dois tempos coexistem de forma tensa na obra de Semprún, nos seus contínuos vai-e-vem entre o ontem e o hoje dentro do campo e o passado (o tempo vivido no campo) e o presente (o “hoje”, quarenta e sete anos após a libertação).

E dessa forma, para testemunhar, o sobrevivente também utilizaria outros recursos de que dispõe, como, por exemplo, a retomada do que já foi dito. O narrador-testemunha inicia sua narrativa um dia depois da libertação do campo, mas retoma a chegada dos oficiais norte-americanos, e somente depois irá contar sobre a vivência do campo. Enfim, ele avança e retrocede no tempo da forma que melhor lhe convém para contar os fatos.

Nesse avanço e retrocesso, o narrador utiliza datas para situar o leitor em um espaço e tempo. Esse recurso representa o constante diálogo entre a literatura de testemunho e o campo histórico, pois uma vez que essa literatura nasceu de períodos extremamente marcantes para toda a sociedade, como a Segunda Guerra Mundial, nesse caso. As datas históricas se inserem na narrativa para que essa adquira uma representação da realidade. Por exemplo, basta uma busca nos manuais de História para confirmar que a data de libertação do campo de Buchenwald é verdadeira: 11 de abril de

1945. “Estamos em 12 de abril de 1945, dia seguinte da libertação de Buchenwald. A história está fresca, em suma. Nenhuma necessidade de um reforço especial de memória. Nenhuma necessidade tampouco de uma documentação fidedigna, verificada.” (SEMPRUN, 1995, p. 22).

Essa forma de escrita leva a mais um questionamento: o limite entre a realidade e a ficção na Literatura de testemunho. Muitos críticos afirmam que existe esse limite entre a ficção e a realidade. Mas para delimitar essas noções, seria necessária uma longa discussão entre o que é real e o que é ficção. A partir do momento em que um fato é narrado, ele irá automaticamente passar pela subjetividade de quem conta. E a subjetividade traz em si a ficção. O fato narrado é real, como no caso dos horrores dos campos de concentração, mas a forma de narrar pode ter algo de ficcionalidade, pois uma vez que tratamos de uma obra literária, ela é representativa da realidade, e não tem a “obrigação” de ser totalmente verdadeira, de ser real.

A memória da Shoah e da literatura de testemunho desconstroem a historiografia tradicional (e também os tradicionais gêneros literários) à medida que incorporam elementos ficcionais em suas composições e, através de simulações de experiência, reenviam o leitor a um terreno movediço e virtual. (NASCIMENTTO, 2011, p. 96)

É difícil representar a realidade sem recorrer à ficção. Estamos falando de pessoas normais, que viveram situações extremas, e sobreviveram a essas situações. E no caso da obra de Semprún, falamos de uma testemunha que narrou o acontecido 47 anos depois. Ainda que ela tenha uma excelente memória, ela pode lançar mão de algum elemento ficcional para representar a realidade de forma mais intensa, mais “verdadeira”.

Há obstáculos de todo tipo à escrita. Puramente literários, alguns. Pois não pretendo fazer um simples depoimento. [...] Portanto, preciso de um “eu” da narração, nutrido com a minha experiência, mas ultrapassando-a, capaz de nela inserir o imaginário, a ficção... Uma ficção que seria tão esclarecedora quanto a verdade, sem dúvida. (SEMPRUN, 1995, p. 163)

Assim, quando Agamben (2008) afirma que o sobrevivente tem a vocação da memória e que ele não pode deixar de recordar, é válido lembrar que a memória passa obrigatoriamente pelo crivo da subjetividade do sobrevivente.

Além disso, segundo o próprio narrador-testemunha, se na narrativa não existir alguma artificialidade, algo de ficcional, ninguém teria interesse em escutar o que os sobreviventes teriam a dizer. Ele afirma isso em um interessante diálogo, já mencionado

anteriormente neste texto, em que discute com outros sobreviventes sobre a melhor forma de contar os fatos vivenciados no campo. A conversa dá-se após a libertação do campo de Buchenwald pelas tropas norte-americanas, no caminho que os sobreviventes percorrem para chegar à cidade de Paris, a fim de serem repatriados.

-Vão querer escutar nossas histórias, ainda que bem contadas? [...]  
-O que é que isso quer dizer “bem contadas”? – indigna-se alguém. – Tem que se dizer as coisas como elas são, sem artifícios! [...]  
-Contar bem quer dizer: de modo a sermos escutados. Não conseguiremos sem um pouco de artifício. Artifício suficiente de modo que se torne arte! Mas essa obviedade não parece convincente, a julgar pelos protestos que suscita. Com certeza, levei longe demais o jogo de palavras. [...]  
Tento aclarar meu pensamento:  
-Escute, aqui, pessoal! A verdade que temos a dizer, se é que vamos ter vontade, inúmeros são os que nunca a terão! não é facilmente crível... Inclusive, é inimaginável... (SEMPRUN, 1995, p.125)

Na passagem acima, existe uma oposição entre contar os fatos tal como são, ou contar “de forma que sejam escutados”. Ou seja, contar com ou sem ficcionalidade, artificialidade. O narrador-testemunha, também sobrevivente do campo, tenta explicar que, se alguém tiver vontade de contar os fatos testemunhados, teria que narrar de forma que chame a atenção; caso contrário, ninguém iria escutá-lo, pois a verdade “não é facilmente crível”. Aqui, o texto retoma um dos questionamentos anteriores: como narrar essa *verdade* mencionada?

Para alguns sobreviventes, a imaginação pode ser uma forte aliada para narrar o testemunho dos campos. É a conclusão a que chega o sobrevivente francês Robert Antelme, citado por Seligmann-Silva (2008). Seligmann-Silva explica que a imaginação é uma arma que deve ser utilizada como um auxílio simbólico para enfrentar o “buraco negro do real do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70, grifo do autor), e que não devemos confundir imaginação com “imagem”.

“Mas a imaginação não deve ser confundida com a “imagem”: o que conta é a capacidade de *criar* imagens, comparações e, sobretudo de *evocar* o que pode ser diretamente apresentado e muito menos representado.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 380, grifo do autor).

Dessa forma, na imaginação o trauma encontra um meio para narrar, e a literatura é chamada para executar esse serviço. Sendo assim, o testemunho narra o trauma, porém de forma ficcional, através da literatura.

Voltando ao texto de Semprún já mencionado, no decorrer da conversa, os personagens chegam a breve conclusão de que, por mais que contem os fatos vivenciados, com ou sem artifícios, nunca conseguirão falar de forma clara e objetiva o que se passou nos campos. “Se estou entendendo bem – diz Yves – eles nunca saberão, os que não estiverem aqui!” (SEMPRUN, 1995, p. 128).

Só quem esteve “ali”, no cotidiano do campo poderia entender com clareza o que os sobreviventes viram e viveram. Por mais exata e clara que a narrativa tente ser, é impossível apreender tudo o que o sobrevivente tem para contar. Por isso o recurso da ficcionalidade, da retomada do que já foi dito, da imaginação: recursos que tentam exprimir o inimaginável. A narrativa não pode (e talvez nunca poderá) preencher o vazio da compreensão.

Quando tratamos de narrar o testemunho, a ideia de que possa existir um relato “completo” torna-se impossível. Aliás, a expressão “relato completo” torna-se problemática, uma vez que sempre pode existir alguma lacuna, seja ela provocada pela narração ou pela compreensão. Não é possível capturar tudo no discurso; sempre ficará algum elemento externo, à margem, e que pode ser trazido à narrativa em algum momento, a fim de retificar algo que já foi dito, de explicar com maior riqueza de detalhes um fato ou até mesmo mudar toda a compreensão do que já foi dito. Mais uma vez é importante lembrar que a narrativa de testemunho passa pela subjetividade de quem narra, pela experiência do sujeito. Ou seja, o testemunho tem por característica ser anacrônico; ele pode se permitir ser assim, como afirma a própria Beatriz Sarlo:

O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc., etc. (SARLO, 2007, p. 59).

Em virtude desse anacronismo, é conflituoso pensar que o testemunho narra a realidade como fato empírico, pois o próprio testemunho pode ter a sua noção particular do que seja *realidade*. No testemunho, as noções de realidade e de ficção fundem-se em

uma só, tornando o relato único e não permitindo desconfiança por parte do leitor em relação a seu caráter de verdade.

Na literatura de testemunho, não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real”. É evidente que não existe uma transposição imediata do “real” para a literatura: mas a *passagem* para o literário, o trabalho do estilo e com a delicada trama de som e sentido das palavras que constitui a literatura é *marcada* pelo “real” que resiste à simbolização. (SELLIGMANN-SILVA, 2003, p. 382-383, grifo do autor)

Na passagem acima, de Seligmann-Silva, torna-se ainda mais clara a ideia de que é apenas uma linha muito tênue que delimita a frágil fronteira entre a ficção e a realidade na literatura de testemunho. Se é que essa linha de fato existe. E como o testemunho é composto do que o sobrevivente permite e pode lembrar, o não-dito, por sua vez, tem um importante papel no seu discurso. Pois o não-dito tem um valor tão grande no testemunho quanto o dito.

Dou todos esses pormenores, provavelmente supérfluos, descabidos até, para mostrar que minha memória é boa, que não é por falha de memória que praticamente me esqueci das duas longas semanas de existência anteriores ao meu retorno à vida, ao que se chama vida. (SEMPRUN, 1995, p. 36)

Nesse ponto da narrativa de Semprún, o narrador-testemunha narra sobre o período que compreende a libertação do campo e sua volta à Paris para a repatriação. Nesse intervalo de duas semanas, ele ora se esquece do que ocorreu em muitos dias, e ora lembra-se de outros com uma riqueza indiscutível de detalhes. Se não foi por falta de memória que o sobrevivente não fala com detalhes de alguns dias dessas duas semanas, qual será o motivo. A resposta, ou parte dela pelo menos, vem no parágrafo seguinte.

O fato aí está, porém: só guardo desse período recordações esparsas, desconchavadas, suficientes apenas para encher algumas horas dessas duas longas semanas. Recordações que brilham com um fulgor cru, decerto, mas que estão cercadas pelo cinzento do não-ser. Do apenas perceptível, ao menos. (SEMPRUN, 1995, p. 36).

“Do apenas perceptível, ao menos”: aqui está o não-dito expresso na última fala do narrador. O perceptível é fácil de ser narrado, de ser transformado em palavras, mas o imperceptível, o interdito, o vivido que está escondido nas vivências diárias do campo não é fácil de ser verbalizado. O não-dito é o que o sobrevivente gostaria de esquecer, não

pode por um capricho da memória. E o não-dito pode ser expresso pelas lacunas nos textos dos sobreviventes.

As lacunas estão presentes nos testemunhos. Estão presentes quando o sobrevivente esquece-se de algum fato vivenciado, de alguém, ou quando se cala. O calar-se diante de algum fato é o não-dito, a lacuna. A atitude de silenciar-se pode dizer até mais coisas do que o falar, pois não sabemos o que o sobrevivente poderia falar, o que ele poderia contar sobre sua experiência, sobre sua vivência. A lacuna torna-se, assim, um mistério para aquele que escuta o testemunho do sobrevivente.

Dessa forma, o texto testemunhal pode ser lido buscando os não-ditos deixados pelo narrador-testemunha. E, em parte, é tarefa do leitor realizar um trabalho de “completar” algumas dessas lacunas e compreender as entrelinhas e os não-ditos. Em parte apenas, porque buscar todas as respostas é uma tarefa impossível e impensável no terreno da literatura de testemunho, e nem queremos isso também. Pois, como nos disse Silvina Ocampo no início desse artigo, “as palavras não foram feitas para revelar tanto horror”, tornando assim mais instigante ler esses não-ditos deixados pelo narrador-testemunha, que tenta, com suas palavras, narrar o indizível.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de Sítio)

ALÓS, Anselmo Peres. *Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testemunho*. Revista *Espéculo*. Ano XII, número 37, novembro de 2007 a fevereiro de 2008. Disponível em: <pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero37/nartesti.html> Acesso em 21 maio 2013.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Coleção L&PM Pocket)

MARCOS, Javier Rodríguez. Muere Jorge Semprún, una memoria del siglo XX. *El País*. Madrid, 07 de junho de 2011. Disponível em: <[http://cultura.elpais.com/cultura/2011/06/07/actualidad/1307397609\\_850215.html](http://cultura.elpais.com/cultura/2011/06/07/actualidad/1307397609_850215.html)> Acesso em: 06 fev. 2013

NASCIMENTO, Lyslei. *Memórias e testemunhos: a Shoah e o dever da memória*. Ipotesi – Revista de estudos literários. Disponível em:



<<http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2011/05/10-Mem%C3%B3rias-e-testemunhos-a-Shoah-e-o-dever-da-mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em: 21 maio 2013

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.) *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes*. Revista Projeto. História. Volume 30, jun 2005. p. 71-98. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-\(Marcio\).pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-(Marcio).pdf)> Acesso em: 21 maio 2013.

\_\_\_\_\_. *Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Revista de Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, 2008. Volume 20, nº1, p. 65-82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em 02/06/2013.

SEMPRUN, Jorge. *A Escrita ou a vida*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.